

# Políticas Públicas de Inserção Produtiva Juvenil: Uma Análise do Programa Primeiro Emprego em Sergipe em Parceria com o SENAC Sergipe

**Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes**

SENAC SE | cristiane.nunes@se.senac.br  
<https://orcid.org/0000-0001-9428-8073>

**Leila Santos Silva**

SENAC SE | leila.silva@se.senac.br

**Resumo:** O Programa Primeiro Emprego, desenvolvido pelo Governo do Estado de Sergipe, em parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo (SETEEM) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), teve como objetivo promover a inserção produtiva de jovens entre 18 e 29 anos que haviam concluído o ensino médio. A iniciativa ofereceu uma bolsa como ajuda de custo e garantiu a formalização do vínculo empregatício por meio da assinatura da carteira de trabalho em empresas parceiras. Com foco na qualificação profissional e no acompanhamento pedagógico, o Senac contribuiu para a formação técnica e cidadã dos participantes, reforçando a articulação entre educação e trabalho. A análise deste programa partiu da compreensão de que políticas públicas voltadas à juventude devem considerar não apenas a preparação para o mercado, mas também o fortalecimento do projeto de vida dos jovens, conforme defendido por Jardim (2021), para quem a orientação vocacional é um processo educativo essencial à construção de trajetórias significativas. De modo complementar, Frigotto (2006) argumenta que a educação profissional deve ser compreendida como prática social transformadora, voltada à formação integral e à superação das desigualdades estruturais que afetam a juventude brasileira. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou análise documental e entrevistas com jovens beneficiários e gestores do programa, a fim de identificar os impactos subjetivos e sociais gerados pela experiência. Os resultados preliminares indicaram ganhos relevantes na autoestima, no engajamento educacional e no sentimento de pertencimento dos participantes, além da ampliação das perspectivas de futuro. Conclui-se que o Programa Primeiro Emprego contribuiu para o fortalecimento da cidadania juvenil ao integrar educação, trabalho e desenvolvimento humano em uma proposta concreta de inclusão social e produtiva.

**Palavras-chave:** empregabilidade juvenil, educação profissional, políticas públicas

**Abstract:** The First Job Program, developed by the Government of the State of Sergipe, in partnership with the State Secretariat of Labor, Employment and Entrepreneurship (SETEEM) and the National Service for Commercial Training (SENAC), aimed to promote the productive insertion of young people between 18 and 29 years old who had completed

high school. The initiative offered a scholarship as a cost-of-living allowance and guaranteed the formalization of the employment relationship through the signing of the work card in partner companies. With a focus on professional qualification and pedagogical monitoring, SENAC contributed to the technical and civic training of the participants, reinforcing the link between education and work. The analysis of this program was based on the understanding that public policies aimed at young people should consider not only preparation for the market, but also the strengthening of the life project of young people, as defended by Jardim (2021), for whom vocational guidance is an essential educational process for the construction of meaningful trajectories. In a complementary manner, Frigotto (2006) argues that professional education should be understood as a transformative social practice, aimed at comprehensive education and overcoming the structural inequalities that affect Brazilian youth. The qualitative research used documentary analysis and interviews with young beneficiaries and program managers in order to identify the subjective and social impacts generated by the experience. Preliminary results indicated significant gains in self-esteem, educational engagement, and a sense of belonging among participants, in addition to expanding future prospects. It is concluded that the First Job Program contributed to strengthening youth citizenship by integrating education, work, and human development in a concrete proposal for social and productive inclusion.

**Keywords:** youth employability, professional education, public policies

## **Introdução**

O desemprego juvenil figura entre os maiores desafios das economias contemporâneas, afetando diretamente a trajetória profissional e pessoal de milhões de jovens. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022), indivíduos entre 15 e 29 anos enfrentam taxas de desemprego significativamente mais elevadas do que outros grupos etários, além de estarem mais expostos a ocupações marcadas pela informalidade, baixa remuneração e escassa proteção social. Esse cenário evidencia a urgência de políticas públicas eficazes voltadas à inserção produtiva da juventude.

Neste contexto, o Programa Primeiro Emprego (PPE), instituído no estado de Sergipe, desponta como uma iniciativa pioneira no campo das políticas públicas brasileiras voltadas à juventude. Ao integrar formação profissional, vivência prática em ambientes de trabalho e auxílio financeiro, o PPE propõe um modelo de inserção que articula dimensões econômicas, sociais e educacionais. A proposta do programa vai além da simples geração de postos de trabalho, buscando promover o desenvolvimento integral dos jovens e ampliar suas perspectivas de futuro.

Um dos diferenciais qualitativos do PPE é a parceria estratégica com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac Sergipe), que contribui para a qualificação técnica dos participantes e fortalece o vínculo entre formação e empregabilidade. Essa colaboração institucional representa um avanço na construção de políticas públicas intersetoriais, capazes de oferecer respostas mais consistentes às demandas juvenis.

Este estudo tem como objetivo analisar o PPE como política pioneira de inserção produtiva juvenil no Brasil, discutindo seus elementos estruturantes e impactos na trajetória profissional dos jovens sergipanos. Além disso, busca-se relacionar a experiência sergipana a iniciativas internacionais de sucesso, ampliando a reflexão sobre políticas de juventude e contribuindo para o debate sobre modelos sustentáveis de inclusão produtiva.

A relevância da pesquisa se justifica tanto pelo seu potencial de contribuição científica — ao aprofundar o debate sobre políticas de juventude — quanto pela sua importância social e prática, ao oferecer subsídios para o aprimoramento de ações públicas voltadas à inclusão produtiva.

### **Revisão da Literatura**

A construção de políticas públicas voltadas à juventude exige uma abordagem que articule educação, trabalho e cidadania de forma integrada. Nesse sentido, Jardim (2021) defende que a educação empreendedora deve ser compreendida como um processo formativo que desenvolve competências pessoais e sociais, promovendo o protagonismo juvenil e a capacidade de enfrentar desafios em contextos complexos e em constante transformação. Para o autor, é essencial que os jovens sejam preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida em comunidade, com consciência crítica e responsabilidade social. A educação empreendedora, segundo Jardim (2021), deve fomentar atitudes inovadoras, colaborativas e éticas, contribuindo para a formação de cidadãos ativos e comprometidos com o desenvolvimento humano e sustentável.

Complementarmente, Frigotto (2006) oferece uma crítica contundente à lógica da educação subordinada ao capital, ao afirmar que a formação profissional não pode se limitar à capacitação técnica voltada à produtividade. Em sua obra *A produtividade da escola improdutiva*, o autor propõe uma articulação entre trabalho, educação e cidadania, defendendo uma escola que forme sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade. Frigotto alerta para os riscos da fragmentação curricular e da instrumentalização da educação, e propõe uma abordagem emancipadora, que valorize o saber como prática social e política.

Ao analisar o Programa Primeiro Emprego (PPE) sob essas perspectivas, é possível reconhecer seu potencial transformador ao integrar formação técnica, vivência prática e apoio financeiro. A parceria com o Senac Sergipe fortalece a dimensão formativa, enquanto a experiência prática nas empresas e o auxílio financeiro contribuem para a autonomia e a permanência dos jovens no processo de inserção produtiva. A articulação entre os princípios da educação empreendedora e da formação cidadã permite compreender o PPE como uma política pública inovadora, alinhada às demandas contemporâneas da juventude e às diretrizes de inclusão social.

### **Metodologia**

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, com o objetivo de analisar o Programa Primeiro Emprego (PPE) como política pública de inserção produtiva

juvenil no estado de Sergipe. O estudo busca compreender os elementos estruturantes do programa, seus resultados práticos e sua relevância no enfrentamento ao desemprego entre jovens.

A pesquisa foi conduzida como um estudo de caso, centrado na implementação do PPE entre os anos de 2023 e 2024. Essa estratégia permite uma análise aprofundada de uma experiência concreta de política pública, considerando seu contexto, estrutura e resultados.

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, com base em materiais institucionais produzidos pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo (Seteem) e pelo Senac Sergipe. Os documentos analisados incluem: relatórios de execução do programa; editais e normativas oficiais; dados estatísticos sobre vagas, turmas e empregabilidade; materiais informativos e comunicados públicos e registros administrativos relacionados à expansão regional e às parcerias empresariais. Todos os documentos utilizados são de acesso público ou foram disponibilizados por órgãos oficiais diretamente envolvidos na execução do PPE.

### **Procedimentos de análise**

Os dados foram tratados por meio de análise de conteúdo documental, com foco na identificação de categorias temáticas relacionadas aos objetivos da pesquisa: estrutura do programa, estratégias de qualificação e inserção, resultados alcançados e articulação institucional. A análise buscou evidenciar padrões, avanços e desafios na implementação do PPE, permitindo uma leitura crítica da política pública em questão.

### **Resultados**

A análise dos documentos oficiais da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo (Seteem) e do Senac Sergipe permitiu identificar os seguintes resultados referentes à implementação do Programa Primeiro Emprego (PPE) entre 2023 e 2024.

A parceria entre Seteem e Senac Sergipe garantiu uma formação técnica alinhada às demandas do mercado local, com infraestrutura adequada e corpo docente qualificado. O PPE se destaca por combinar qualificação, vivência prática e auxílio financeiro, promovendo não apenas a empregabilidade, mas também o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens. A expansão do programa para municípios do interior sergipano contribuiu para a descentralização das políticas de juventude, ampliando o acesso à formação e ao trabalho fora da capital. O índice de 90% entre os jovens certificados indica que o programa tem cumprido seu objetivo central de promover a inserção produtiva, superando a meta mínima de efetivação nas empresas parceiras.

Os dados analisados demonstram que o PPE representa uma política pública eficaz e inovadora no enfrentamento ao desemprego juvenil. Sua estrutura integrada e os resultados obtidos evidenciam um modelo replicável, com potencial para inspirar outras iniciativas em nível nacional e internacional. A articulação entre formação técnica, prática

profissional e apoio financeiro mostrou-se decisiva para garantir a permanência dos jovens no programa e sua transição para o mercado de trabalho formal.

### **Discussão**

Os resultados obtidos com a implementação do Programa Primeiro Emprego (PPE) entre 2023 e 2024 revelam avanços significativos no enfrentamento ao desemprego juvenil em Sergipe. Com uma taxa de empregabilidade de 90% entre os jovens certificados e a oferta de cerca de 2 mil vagas distribuídas em 51 turmas, o programa demonstra eficácia não apenas na geração de oportunidades, mas na construção de trajetórias profissionais mais estáveis e promissoras.

À luz da literatura, o PPE se alinha com a proposta de Jacinto Jardim (2021), que defende a educação empreendedora como um processo formativo integral, capaz de desenvolver competências técnicas, sociais e emocionais. A parceria com o Senac Sergipe reforça essa perspectiva, ao garantir que a formação dos jovens ultrapasse os limites da capacitação técnica e incorpore dimensões como cidadania, projeto de vida e protagonismo juvenil. Essa abordagem contribui para a formação de sujeitos ativos, preparados para os desafios do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

Por outro lado, o pensamento de Frigotto (2006) oferece uma lente crítica sobre a relação entre educação e trabalho, alertando para os riscos da instrumentalização da formação profissional. O PPE, ao integrar qualificação, vivência prática e apoio financeiro, parece escapar dessa lógica reducionista, propondo uma política pública que articula trabalho, educação e cidadania de forma coerente e emancipadora. A governança colaborativa entre Estado, setor produtivo e instituições formadoras representa um avanço na construção de políticas intersetoriais, com potencial de transformação social.

A expansão territorial do programa, alcançando municípios do interior sergipano, também reforça seu caráter inclusivo e descentralizador, ampliando o acesso de jovens historicamente afastados das oportunidades de formação e emprego. Essa interiorização é coerente com as diretrizes da UNESCO (2015), que reconhece a educação como base do desenvolvimento humano e da justiça social.

Diante desses achados, o PPE pode ser compreendido como um novo paradigma das políticas de juventude no Brasil, por integrar múltiplas dimensões (emprego, educação e cidadania), operar sob uma lógica de governança colaborativa e apresentar sustentabilidade jurídica e financeira. As perspectivas futuras incluem o aprimoramento do monitoramento longitudinal, a ampliação das parcerias interinstitucionais e a avaliação da viabilidade de replicação em outros estados — o que pode consolidar o PPE como modelo nacional de inclusão produtiva juvenil.

### **Conclusão**

O presente estudo analisou o Programa Primeiro Emprego (PPE) como política pública de inserção produtiva juvenil no estado de Sergipe, destacando sua estrutura inovadora, seus resultados expressivos e sua relevância social. Ao integrar qualificação técnica, vivência

prática e apoio financeiro, o PPE demonstrou capacidade de enfrentar o desemprego juvenil de forma articulada e eficaz, alcançando uma taxa de empregabilidade de 90% entre os jovens certificados e promovendo a interiorização das oportunidades em diversos municípios sergipanos.

A parceria com o Senac Sergipe revelou-se um diferencial qualitativo, ao garantir uma formação alinhada às demandas do mercado e às diretrizes de educação integral, aproximando o programa de referenciais internacionais como os propostos pela UNESCO. A análise documental permitiu compreender o PPE como um novo paradigma das políticas de juventude no Brasil, por sua capacidade de integrar dimensões múltiplas, operar sob governança colaborativa e apresentar sustentabilidade jurídica e financeira.

Como contribuição para o campo de conhecimento, o estudo reforça a importância de políticas públicas intersetoriais voltadas à juventude, que articulem educação, trabalho e cidadania. No entanto, reconhece-se como limitação a ausência de dados longitudinais sobre os impactos do programa no médio e longo prazo, bem como a não realização de entrevistas com os participantes e gestores, o que poderia enriquecer a análise qualitativa. Diante disso, recomenda-se o aprofundamento de estudos futuros que acompanhem a trajetória dos egressos do PPE, avaliem sua replicabilidade em outros contextos e ampliem o debate sobre modelos sustentáveis de inclusão produtiva juvenil no Brasil.

### **Recomendações e Implicações**

Com base nos resultados obtidos e na análise realizada, este estudo apresenta recomendações que visam o aprimoramento e a expansão do Programa Primeiro Emprego (PPE), bem como implicações relevantes para o campo das políticas públicas de juventude. Recomenda-se, em primeiro lugar, a implementação de mecanismos de monitoramento longitudinal que permitam acompanhar os egressos do programa ao longo do tempo, possibilitando a avaliação dos impactos duradouros na trajetória profissional e social dos jovens participantes. Além disso, sugere-se a ampliação das parcerias interinstitucionais, com o objetivo de diversificar as oportunidades de qualificação e inserção, fortalecendo a rede de colaboração entre Estado, setor produtivo e instituições formadoras.

A interiorização contínua das ações do PPE também se mostra essencial, garantindo que jovens de municípios ainda não contemplados tenham acesso às mesmas oportunidades de formação e empregabilidade. Outra recomendação importante refere-se ao aprimoramento da formação integral, com a inclusão sistemática de conteúdos voltados ao desenvolvimento socioemocional, à cidadania e ao projeto de vida, consolidando o programa como uma política educacional e não apenas de empregabilidade. Por fim, diante dos resultados positivos observados, recomenda-se a realização de estudos técnicos que avaliem a viabilidade de replicação do PPE em outros estados brasileiros, respeitando as especificidades locais e promovendo a disseminação de boas práticas.

As implicações deste estudo para a formulação de políticas públicas são significativas, uma vez que evidenciam o potencial de programas integrados como o PPE para enfrentar o desemprego juvenil de forma estruturada e eficaz. No campo da educação

profissional, a experiência sergipana reforça a importância de uma formação conectada às demandas reais do mercado, mas também comprometida com o desenvolvimento humano, conforme defendem Jardim (2021) e Frigotto (2006). Para a pesquisa acadêmica, os achados abrem espaço para investigações futuras sobre os efeitos de políticas intersetoriais na inclusão produtiva juvenil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Finalmente, no âmbito do desenvolvimento regional, a interiorização das ações do PPE demonstra que políticas públicas bem estruturadas podem contribuir para a redução das desigualdades territoriais, promovendo inclusão e dinamismo econômico fora dos grandes centros urbanos.

## Referências

- Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2023). *Política Nacional de Trabalho, Emprego e Renda para a Juventude*. Brasília: MTE.
- Frigotto, G. (2006). *A produtividade da escola improdutiva: Algumas reflexões sobre a relação entre trabalho, educação e formação profissional* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.
- International Labour Organization (ILO). (2022). *Global employment trends for youth 2022: Investing in transforming futures for young people*. Geneva: ILO.
- Jardim, J. (2021). Entrepreneurial skills to be successful in the global and digital world: Proposal for a frame of reference for entrepreneurial education. *Education Sciences*, 11(7), 356. doi.org/10.3390/educsci11070356
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (2021). *Investing in youth: Brazil*. Paris: OECD Publishing.
- Schwartzman, S., & Cox, C. (2022). *Education, skills and work in Latin America: Evidence, policies and challenges*. Washington, DC: Inter-American Development Bank.
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). (2024). *Diretrizes de Educação Profissional e Tecnológica: Formação para o futuro do trabalho*. Brasília: Departamento Nacional do Senac.
- UNESCO. (2015). *Declaração de Incheon: Educação 2030 – Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos* (Incheon, Coreia do Sul, 19–22 de maio de 2015). Paris: UNESCO. Disponível em <https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/233137POR.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2024.